



965/18

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

15 MAI 2018

Protocolo:

1058/18

Processo:

1058/18

PROJETO DE LEI

AUTOR: DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT/RO

Dispõe sobre a adoção da Política de Medicina Natural e Prática Complementar – PMNPC, no Estado de Rondônia, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei dispõe sobre a adoção da Política de Medicina Natural e Práticas Complementares – PMNPC, de modo coadjuvante à prática de medicina tradicional, na preservação e curas de doenças por recomendação médica ou de outros servidores capacitados para este fim.

Artigo 2º – O emprego da Política de Medicina Natural e Práticas Complementares poderão ser ministrados de modo intercalado sem prejudicar os tratamentos convencionais indicados pela medicina Tradicional, no quanto possível e só será ministrado em caráter exclusivo mediante recomendação médica.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS E DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA PMNPC

Artigo 3º - São objetivos da Política de Medicina Natural e Prática Complementar no Estado:

I – incorporar e implementar a Política de Medicina Natural e Práticas Complementares no SUS, na perspectiva de prevenção de agravos e promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde.

II – contribuir para o aumento da resolubilidade do sistema e para ampliação do acesso à Política de Medicina Natural e Prática Complementar garantindo qualidade, eficácia, eficiência e segurança no uso.

III – promover a racionalização das ações de saúde, estimulando alternativas inovadoras e socialmente contributivas para o desenvolvimento sustentável de comunidades;



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia



PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

AUTOR: DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT/RO

IV – estimular as ações referentes ao controle e participação social, promovendo o envolvimento responsável e continuado dos usuários, gestores e servidores, nas diferentes instâncias de efetivações das políticas de saúde.

Artigo 4º - São diretrizes para o fortalecimento da atenção em Política de Medicina Natural e Prática Complementar no SUS.

I – incentivar à inserção da Política de Medicina Natural e Práticas Complementares em todos os níveis de atenção com ênfase na atenção básica;

II – implantar e programar ações e o fortalecimento de iniciativas existentes;

III – estabelecer mecanismos de financiamento;

IV – elaboração de normas técnicas e operacionais para implantação e desenvolvimento destas abordagens no SUS;

V – articulação com a Política Nacional de Atenção à saúde dos povos indígenas e demais políticas do Ministério da Saúde;

VI – desenvolvimento de estratégias de qualificação em Política de Medicina Natural e Práticas Complementares para profissionais do SUS na conformidade dos princípios da Política Nacional de Educação permanente;

VII – divulgação e informação dos conhecimentos básicos da Política de Medicina Natural e Prática Complementar para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS, considerando as metodologias participativas e o saber popular e tradicional em meios diversificados;

VIII – estímulo às ações intersetoriais, buscando parcerias que propiciem o desenvolvimento integral das ações;

IX – fortalecimento da participação social;

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.
Cep.: 76.001-911 69-3216.2816 www.alero.gov.br



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

AUTOR: DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT/RO

X – garantia de acesso a medicamentos homeopáticos e fitoterápicos nas perspectivas da ampliação de produção pública, assegurando as especificidades da assistência farmacêutica nestes âmbitos, na regulamentação sanitária;

XI – garantia de acesso aos demais insumos estratégicos com qualidade e seguridade das ações;

XII – incentivo à pesquisa

XIII – instrumentalização da gestão;

XIV – desenvolvimento de Parque Florestal Terapêutico;

XV – desenvolvimento de canteiros de plantas medicinais.

CAPÍTULO III DAS AÇÕES E ATRIBUIÇÕES DO ESTADO

Artigo 5º - O Estado a partir desta Lei, com fundamento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) construirá e adotará as diretrizes e recomendações para adoção das linhagens atuais do Ministério da Saúde sem prejuízo de outras que possam vir a ser adotadas.

Parágrafo único – As linhagens de Medicina Natural e Práticas Complementares atuais adotadas pelo Ministério da Saúde são:

I – Acupuntura

II – Arteterapia

III – Ayurveda

IV – Auriculoacupuntura

V – Biodança

VI – Homeopatia

VII - Medicina antroposófica através do uso de energias curativas do próprio organismo (biológico, psicológico, social e espiritual).

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho|RO.

Cep.: 76.861-911 69 3216-2016 www.al.rondonia.gov.br



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

AUTOR: DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT/RO

VIII - Plantas medicinais e fitoterapia

IX - Práticas corporais da Medicina Tradicional Chinesa

X – Termalismo

XI - Dança circular

XII – Musicoterapia

XIII – Naturologia

XIV – Reiki

XV – Shantala

XVI - Terapia comunitária integrativa

XVII Yoga

Artigo 6º - Ao gestor fica autorizado:

I – elaborar normas técnicas para inserção da Política de Medicina Natural e Práticas Complementares na rede Estadual de Saúde;

II – definir recursos orçamentários e financeiros para implantação desta Política considerando a composição tripartite;

III – promover articulação intersetorial para efetivação da política;

IV – estabelecer mecanismos para qualificação dos profissionais do sistema local de saúde;

V – estabelecer instrumentos de gestão e indicadores para o acompanhamento e avaliação do impacto da implementação da política de que trata esta Lei;

VI – divulgar a Política Nacional da Política de Medicina Natural e Práticas Complementares – PMNPC;

VII – realizar a assistência farmacêutica com plantas medicinais fototerápicos e homeopáticos, bem como a vigilância sanitária no tocante a esta política e suas ações decorrentes na sua circunscrição;





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

AUTOR: DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT/RO

VIII – incentivar a organização e manutenção de sistema de informação de farmacovigilância e farmacoepidemiologia bem como realizar estudos de demandas reais;

IX – apresentar e aprovar proposta de inclusão da Política de Medicina Natural e Práticas Complementares no Conselho Estadual de Saúde especialmente, a tipificação de seus procedimentos;

Artigo 7º - Para operar a Política de Medicina Natural e Práticas Complementares – PMNPC, além dos profissionais existentes na Rede Estadual, o Estado fica autorizado a criar os programas de capacitação de pessoal que julgar necessários, bem como, admissão de profissionais capacitados mediante concurso público de provas ou provas e títulos, podendo, para esse fim:

I – contratar professores especialistas para ministrar cursos ou treinamentos;

II – celebrar convênios ou contratos com entidades de ensino credenciadas para capacitação, inclusive no nível superior, a servidores Estaduais;

III – celebrar convênios, acordos ou firmar parcerias com a União e suas fundações, autarquias ou empresas de economia mista ou entidades beneficentes.

Parágrafo único – A Política de Medicina Natural e Práticas Complementares será executada com o apoio de integrantes da área da saúde dentro do Estado de Rondônia.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 8º - Caberá ao paciente decidir pela adoção da Política de Medicina Natural e Prática Complementar cumulativa ou optativamente, depois de ouvir recomendações profissionais, exceto em regime de emergência e difícil acesso aos serviços profissionais da medicina convencional.

Artigo 9º - Nenhum tratamento recomendado por profissional da Medicina Convencional será substituído pela Política de Medicina Natural e Práticas Complementares – PMNPC, sem recomendação do mesmo ou de outro médico, a não ser que esta seja uma decisão pessoal do paciente.





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

AUTOR: DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT/RO

Artigo 10 – Será incluso no Sistema Único de Saúde – SUS, os procedimentos efetuados aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde e reconhecidos pelo Ministério da Saúde, para fins de aferição da produtividade.

Artigo 11 – Periodicamente uma equipe multidisciplinar avaliará os impactos da adoção da Política de Medicina Natural e Práticas Complementares – PMNPC na saúde pública Estadual.

Artigo 12 – O Executivo Estadual regulamentará no quanto necessário, os termos desta Lei, visando ampliar e esclarecer, sem exceder do seu conteúdo normativo ordinário.

Artigo 13 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias ou incompatíveis com esta Lei.

Plenário das Deliberações, 15 de maio de 2018.

LAZINHO DA FETAGRO
Deputado Estadual – PT/RO

JUSTIFICATIVA

Excelsior Parlamento

*Desde os tempos medievais nossos sábios ancestrais;
Seu médico e sua farmácia
A casca de certas árvores, a folhagem, as semente,
Quando uma doença aperta, sendo na medida certa,
Pra misturar uma planta com outra planta.
Donde uma e outra descendem.
Em vez de curar ofende.
Pela flecha duma besta,
Ia “ver” medicamento,
Todos os medicamentos
Com nomes complicadíssimos
E preços proibitivos
Nos atributos da flora
Não tem caixa, nem balcão.
Nem tem falsificação
Porque a mãe natureza*

*Quando surgia um problema, de doenças corporais;
Estavam na eficácia, **DAS PLANTAS MEDICINAIS.**
Trituradas, feito chá, ou comendo emplastros quentes,
Tem salvado muitos doentes.
Depende de a pessoa conhecer,
Isso aí requer cultura porque senão a mistura,
Quando um índio era atingido,
Pra curar o ferimento,
Na “farmácia da floresta”.
Que o homem fabrica agora
Bela embalagem por fora
Têm seus princípios ativos
Esta farmácia do mato
Nem ‘empurroterapia’
Disso, pode ter certeza.
É despida de ambição.*

Major Amarante 590 Angolândia Porto Velho/RO.
Cep.: 76.801-911 69 3216.2816 www.ale.ro.gov.br





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

AUTOR: DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT/RO

No Brasil, embora haja várias denominações para essas modalidades de tratamento e cura como “terapêuticas não convencionais”, medicinas naturais, entre outras, o Ministério da Saúde (MS) denominou-as de “Práticas Integrativas e Complementares” (PIC) em função de sua abordagem e caráter multiprofissional em saúde.

Essas práticas se tratam de abordagens que têm como finalidade **a busca em estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e a recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase numa “relação acolhedora”, que contribui para maior interação terapeuta/paciente, e na própria integração do ser humano com o meio e a sociedade.**

Foi com a Constituição de 1988, ao dispor em seu art. 196 que, “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido, mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, que o Sistema Único de Saúde – SUS se aprofundou no debate para implantação de ações que rearfirmassem e garantissem, à população, **o acesso universal e integral à saúde.**

Para o SUS, um dos desafios encontrados é justamente a necessidade de buscar estratégias efetivas que reduzam a desigualdade nesse acesso à saúde, sendo que na prática Medicina Natural e Práticas Complementares, assumida pelo Ministério da Saúde, foi identificada essa finalidade.

É um avanço. E pode ser entendido como expressão de um movimento que se identifica com novos modos de aprender e praticar a saúde, já que são práticas que se caracterizam por linguagens singulares, próprias, que em geral se contrapõem aos termos altamente tecnológicos de saúde, e essa tecnologia se impõe numa sociedade aonde o objetivo é gerar lucro, dividindo o tratamento do paciente em vários males, e cada um com um “remédio” respectivo.

A necessidade de uma legislação sobre o tema sempre foi iminente, **pois certa fragilidade cerca a política de práticas Integrativas e Complementares** já que, sem uma regulamentação, haverá sempre a desigualdade e descontinuidade das ações, por diversos fatores, como por exemplo: a falta de fornecimento adequado de insumos; a ausência do reconhecimento funcional das atividades desenvolvidas pelos profissionais da saúde junto às Secretarias Estaduais e Municipais, e ainda muitas outras deficiências.

As Práticas Integrativas e Complementares trazidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) denomina de Medicina Tradicional (MT) e Medicina Complementar Alternativa (MCA) recomendando aos Estados-membros (...) a sua própria elaboração de Políticas voltadas à integração/inserção da MT/MCA aos sistemas oficiais de saúde, com foco na atenção primária de saúde.

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.
Cep.: 76.801-911 69 3216.2816 www.ale.ro.gov.br

**DEPUTADOS
ESTADUAIS**
Unidos com o Povo
Assembleia Legislativa de Rondônia





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

AUTOR: DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO – PT/RO

O campo da proposta apresentada contempla ações voltadas para adoção de recursos terapêuticos, os quais são também denominados pela Organização Mundial de Saúde – OMS – de medicina tradicional e complementar/alternativa. São abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de promoção e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade, além de verificarmos uma abordagem ampliada do processo saúde doença e a promoção global do cuidado humano, especialmente do autocuidado.

O debate é extenso e se concentra especificamente na promoção da saúde, a partir de um trabalho intersetorial e com ações valorizando a cultura e a participação popular o que reforça a exigência de um movimento integrador na construção de consensos entre os poderes a fim de que as Políticas Públicas **sejam cada vez mais favoráveis à saúde e à vida**. Certamente estas ações estimularão e fortalecerão o cidadão como protagonista, ratificando o disposto constitucionalmente quanto à participação social.

Reiteramos: estamos falando de uma nova **forma de pensar e de fazer saúde**, que se refletirá nas condições de vida da população, identificando as necessidades locais de intervenção da Política de Medicina Natural e Práticas Complementares – PMNPC, contribuindo na construção de ações que possibilitem responder às necessidades sociais e ambientais minimizando as doenças e agravos evitáveis.

É importante destacar que se trata de uma inovação, mas que já faz parte da nossa cultura a muito mais tempo do que possamos registrar, e digo ainda, não é privilégio nosso, pois não somos os pioneiros, eis que muitos Estados e Municípios já incorporaram, e outros vêm incorporando, essas modalidades e renovação no cuidado da saúde.

As pessoas tem essa cultura: sentiu qualquer coisa, procura o médico, e ele passa um remédio. Mas existem outras terapias reconhecidas pela ciência que diminuem sofrimento e melhoram as condições de saúde e que precisam receber a atenção do poder público da mesma forma.

Sendo estas as nossas justificativas, contamos com o apoio deste Parlamento.

Plenário das Deliberações, 15 de maio de 2018.

LAZINHO DA FETAGRO
Deputado Estadual – PT/RO

Major Amarante 390 Arigolândia Porto Velho/RO.
Cep.: 76.801-911 69 3216.2816 www.ale.ro.gov.br

